

Sociologia pública e o Brasil: apontamentos para um debate¹

Public Sociology and Brazil: notes for a debate

Fernando Perlatto²

“Uma ciência social que se imunize contra a sociedade tem tudo para tornar-se academicamente respeitável e... irrelevante” (Francisco de Oliveira, “Prefácio”, *Por uma Sociologia Pública*)

RESUMO: Procuramos no presente artigo realizar uma análise panorâmica sobre o processo de institucionalização da sociologia no Brasil, em diálogo com a ideia de “sociologia pública”, formulada pelo sociólogo norte-americano Michael Burawoy. A hipótese a ser aqui sustentada é de que se configurou no país uma *tradição* de inscrição dos sociólogos brasileiros na esfera pública, sobretudo a partir da década de 1950, permitindo a consolidação de uma sociologia *crítica e pública* nos termos de Burawoy. As últimas décadas, contudo, testemunharam processos que têm levado a um enfraquecimento desta *tradição* e que tendem a conduzir a sociologia a se tornar uma disciplina predominantemente *profissional* e de *políticas públicas*.

ABSTRACT: In this article we search for performing a panoramic analysis about the institutionalization process of the sociology in Brazil, in a dialogue with the idea of “public sociology”, elaborated by the North-American sociologist Michael Burawoy. The hypothesis to be supported here is that it was configured in the country a tradition of entry the Brazilian sociologists in the public sphere, especially in the decade of 1950, allowing the consolidation of a critic and public sociology in Burawoy terms. The last decades, however, testified processes which have taken to a declining of that tradition and which tend to lead the sociology to turn into a subject matter predominantly professional and of public policies.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências sociais. Sociologia pública. Esfera pública.

KEYWORDS: Social Sciences. Public Sociology. Public Sphere.

1 O presente artigo foi escrito sob influência do tema da I Semana Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa, intitulada *Ciências Sociais e Vida Pública*, na qual ministrei minicurso sobre o pensamento social brasileiro.

2 Doutorando pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IESP-UERJ), professor substituto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e pesquisador do Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES). Email: fperlatto@yahoo.com.br

I. SOCIOLOGIA PÚBLICA: UM DEBATE EM CURSO

Na abertura do congresso da Associação Sociológica Americana (ASA), em 2004, o então presidente eleito, Michael Burawoy, pronunciou uma conferência intitulada “For a public sociology”, que foi posteriormente publicada na edição de 2005 da prestigiosa revista *American Sociological Review*. Neste texto, Burawoy propôs onze teses em favor daquilo que denominou “sociologia pública”, perspectiva esta que encarava a disciplina não apenas como uma ciência acadêmica, “mas também como moral e como força política”. De forma breve, pode-se dizer que a “sociologia pública”, defendida pelo importante sociólogo norte-americano, configuraria um “estilo” de produzir sociologia de maneira “engajada”, diretamente articulada com os segmentos subalternos e que construiria uma reação às políticas de privatização que tiveram curso a partir do final da década de 1970. A “sociologia pública” seria aquela capaz de intervir na disputa política da sociedade, sem abandonar, entretanto, o rigor acadêmico e a busca da objetividade científica.³

Para sustentar seu argumento, Burawoy propunha nesse artigo a existência de uma “divisão do trabalho sociológico” em quatro tipos: (1) a *sociologia profissional*, voltada para uma audiência acadêmica e organizada como uma ciência empírica convencional; (2) a *sociologia crítica*, também direcionada para o público acadêmico, embora dotada de caráter reflexivo e crítico à perspectiva instrumental da sociologia profissional; (3) a *sociologia para políticas públicas*, cujo trabalho seria desenvolvido para o público extra-acadêmico, em especial para “clientes” preocupados com resultados práticos; e, por fim, (4) a *sociologia pública*, também direcionada para o público extra-acadêmico, na qual o sociólogo se envolveria com os segmentos subalternos na produção de um conhecimento sociológico reflexivo e transformador. A “sociologia pública”, por sua vez, se dividiria entre tradicional e orgânica. Enquanto a primeira se destinaria a públicos “invisíveis” e “passivos”, com seus discursos na esfera pública formulados de cima para baixo, a segunda – ao se colocar as perguntas “sociologia para quem?” e “sociologia para quê?” – seria construída em íntima conexão com determinado público “visível” e “ativo”, em um processo de formulação dialógica do conhecimento sociológico, mediante o qual sociólogos e segmentos subalternos se veriam em um processo de educação mútua.

Ainda que o discurso de Burawoy seja claramente favorável ao estabelecimento de uma sociologia pública orgânica e crítica, ele acaba por postular a importância do diálogo entre os quatro tipos de sociologia. De acordo com o sociólogo norte-americano, o isolamento de cada um destes tipos poderia levar a diferentes patologias, quais sejam: (1) a sociologia profissional seria conduzida a uma “autor-referencialidade”, (2) a sociologia crítica, ao “dogmatismo”; (3) a sociologia para políticas públicas, ao “servilismo”; ao passo que a (4) sociologia pública poderia ser levada ao “modismo passageiro”. A articulação entre os quatro tipos de sociologia, segundo Burawoy, permitiria a construção de uma disciplina que, em tempos de

³ Mobilizaremos as ideias trabalhadas por Burawoy no texto “For a public sociology” para a discussão dos parágrafos seguintes. Ver: Burawoy (2005).

“tirania do mercado” e de “despotismo do Estado”, fosse capaz de assumir a defesa dos “interesses da humanidade” do ponto de vista da sociedade civil. Isto importa destacar. A ideia de uma disciplina cujo objeto central é a sociedade civil – e não o Estado e a garantia da estabilidade política, como a ciência política, ou o mercado e sua expansão, como a economia – acabou por orientar e dar o substrato sobre o qual Burawoy pôde desenvolver sua elaboração da noção de “sociologia pública”.

Como não poderia deixar de ser em se tratando de assunto tão polêmico quanto este, os argumentos mobilizados por Burawoy acabaram por suscitar intensa discussão entre segmentos importantes da comunidade acadêmica. Não que a proposta trazida por ele de uma “sociologia engajada”, ainda que preocupada com os cânones metodológicos, fosse de toda nova, nem mesmo nos Estados Unidos, terra em que sociólogos como Wright Mills e Alvin Gouldner já propugnavam nas décadas de 1960 e 1970 uma sociologia vinculada com públicos extra-acadêmicos e formuladora de um conhecimento reflexivo. Contudo, o que conferiu maior destaque ao texto de Burawoy foi tanto a posição desfrutada pelo autor junto à academia norte-americana, quanto a sistematicidade com a qual defendeu a ideia de uma sociologia pública. Além disso, Burawoy se destacou por ampliar sua audiência para fora das fronteiras dos Estados Unidos, fazendo com que a noção de “sociologia pública” fosse debatida intensamente em países como a África do Sul e Portugal.

Contudo, o território privilegiado para a intensificação dos debates em torno da ideia de sociologia pública foi, sem dúvida, os Estados Unidos. Não era de se estranhar. Afinal, não obstante lá ter sido o celeiro de uma sociologia que nasceu diretamente vinculada e articulada com a sociedade civil e com a vida pública norte-americana, a disciplina vivenciou nas últimas décadas um tournant significativo em direção a um processo crescente de institucionalização e burocratização das suas atividades.⁴ Dessa forma, embora a sociologia norte-americana tenha conformado uma tradição capaz de dar base de sustentação sólida para o desenvolvimento da ideia de sociologia pública proposta por Burawoy, representada em seus primórdios principalmente pela perspectiva reformista da Escola de Chicago⁵, o atual cenário universitário norte-americano, marcado pelo confinamento intramuros crescente

4 Para uma discussão acerca do nascimento e institucionalização da sociologia norte-americana, ver Turner e Turner (1990), que apontam para o processo de “academização da reforma”, marcado pela apropriação da universidade por uma sociologia caracteristicamente reformista e voltada para a sociedade civil.

5 Exercendo significativa influência na sociologia norte-americana entre 1890 e 1940, durante a fase de institucionalização da própria disciplina, a Escola de Chicago – reunindo intelectuais como Ernest Burgess, Louis Wirth, Herbert Blummer, Robert Park e William Thomas – buscou transformar a sociologia em uma ciência empírica, pela combinação da filosofia pragmática com uma orientação político-reformista que possibilitasse o fortalecimento da democracia em um quadro marcado pela rápida industrialização e urbanização da sociedade norte-americana. Para tanto, os sociólogos vinculados a esta Escola elegeram como temáticas principais os problemas da cidade moderna, especialmente da própria Chicago (JOAS, 1999).

dos sociólogos, atuou como ambiente propício para a amplificação do debate em torno da ideia de sociologia pública.⁶

Na Europa, a reação à publicação do artigo de Burawoy foi mais discreta, embora não menos relevante, sobretudo na França e em Portugal. No caso da França, o debate ganhou maior densidade principalmente em decorrência da participação do importante sociólogo Alain Touraine que, em artigo intitulado “Public Sociology and the end of the society”, publicado em 2007, destacou a importância da ideia de sociologia pública para que a comunidade acadêmica pudesse caminhar para a superação da contradição entre a sociologia profissional e a sociologia crítica. Já em Portugal, a discussão da sociologia pública teve maior repercussão pelo fato de lá a disciplina ter tomado para si o desafio de atuar como força galvanizadora na tarefa de reconstrução do próprio tecido social do país após o fim do regime salazarista, configurando uma disciplina que logrou articular os quatro tipos de sociologia e um “raro dinamismo ao nexo crítico-público” (BURAWOY, 2009, p. 129).

Já no Brasil, a discussão sobre a sociologia pública, pelo menos da forma como colocada por Burawoy, está apenas começando, embora já tenha sido objeto de seminais investigações preocupadas com o nexo entre ciência social e vida pública.⁷ A publicação do livro *Por uma sociologia pública*, organizado por Ruy Braga e Michael Burawoy (2009), deu início à divulgação de trabalhos importantes sobre o tema no país, sendo seguida pela organização de um dossiê temático também organizado por Braga publicado na revista *Cadernos CRH*, que, além de um texto de Burawoy, contém a tradução do artigo de Touraine citado anteriormente, bem como intervenções de Jonathan Turner, Simon Schwartzman, Leonardo Mello Silva, Elísio Estanque, Ruy Braga e Marco Aurélio Santana. É importante destacar que estes trabalhos contribuíram sobremaneira para introduzir definitivamente o debate sobre a sociologia pública no país, tal qual formulado por Burawoy.

No presente artigo, procuramos desenvolver uma análise panorâmica sobre o processo de institucionalização da sociologia no Brasil, procurando apontar para a configuração de uma *tradição de inscrição pública* da mesma, que permitiu que seus participantes, em contextos importantes, se colocassem na esfera pública refletindo e disputando suas convicções sobre o país. Em seguida, buscaremos discutir brevemente o processo de enfraquecimento dessa tradição de inscrição

6 Não temos espaço e foge ao nosso objetivo aqui promover um balanço bibliográfico sobre este debate, algo que será realizado em outra ocasião. À guisa de menção, vale destacar a publicação nos Estados Unidos, em 2007, do importante livro *Public Sociology. Fifteen eminent Sociologists debate politics and the profession in the Twenty-First Century*, organizado por Dan Clawson et alii, no qual importantes sociólogos debatem a ideia de sociologia pública. Entre as críticas mais fortes à perspectiva de Burawoy, vale destacar aquela elaborada por Jonathan H. Turner (2005), em texto intitulado “Is public sociology such a good idea?”.

7 A título de exemplo, basta citar o artigo de Luiz Werneck Vianna (2004), “A institucionalização das Ciências Sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa”. Na clássica coleção organizada por Sergio Miceli (1989) sobre a história das ciências sociais no Brasil, também se encontram artigos interessantes que permitem pensar a questão da sociologia pública no Brasil.

pública da sociologia nas duas últimas décadas, principalmente como decorrência do processo de transformação da esfera pública de maneira geral e da crescente especialização e modificação das funções da universidade brasileira. Dessa forma, a hipótese a ser aqui levantada é de que, não obstante a construção de uma *tradição* de inscrição pública dos sociólogos brasileiros — que ainda permanece em segmentos importantes e que permitiu a configuração de uma sociologia *crítica* e *pública* nos termos de Burawoy —, devemos nos precaver para que a sociologia não se solidifique como uma disciplina predominantemente *profissional* e de *políticas públicas*.⁸

2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO: SOCIOLOGIA PÚBLICA E CRÍTICA

Os movimentos de criação em 1933 da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP) em 1934 marcarão o início do processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. A despeito de ambas terem sido instituições concebidas pelas elites intelectuais e políticas de São Paulo com o objetivo de devolver ao estado a posição de liderança no cenário nacional, perdida após a Revolução de 1930, as ciências sociais que lá se desenvolveram tomaram caminho diferenciado, procurando, ao manter uma independência frente à política oligárquica, conduzir um processo de profissionalização, centrado na autonomia da comunidade científica e orientado por um *ethos* próprio. Em decorrência desta opção, os primeiros anos da institucionalização da sociologia no Brasil serão marcados pelo predomínio da busca pela construção de uma *sociologia profissional*, haja vista o objetivo da consolidação da disciplina como uma ciência que desfrutasse da mesma legitimidade que as demais.

Dessa forma, na década de 1930, quando dos primeiros passos de institucionalização da disciplina no país, o campo sociológico, liderado principalmente pela figura de Florestan Fernandes, atuaria como uma comunidade científica mertoniana, orientada por um *ethos* próprio e exercendo autojurisdição sobre sua produção (WERNECK VIANNA, 2004, p. 207). Esta comunidade pouco se comunicaria com a sociedade civil nestes anos iniciais, estando mais preocupada com a consolidação da sociologia como uma disciplina científica, dotada de métodos e procedimentos próprios, bem como com a constituição de um campo profissional autônomo.

Contudo, sobretudo após a redemocratização do país em 1945, com o fim do Estado Novo, os cientistas sociais iniciariam a construção de uma *tradição* de inscrição dos intelectuais na esfera pública, reconhecendo seu papel como atores reflexivos do processo de modernização em curso. No decorrer dos anos que se

⁸ Assumimos neste texto a “divisão do trabalho sociológico” estabelecida por Burawoy no sentido de orientar a reflexão aqui desenvolvida. Temos clara noção da dificuldade da separação da sociologia em uma tipologia estanque, na medida em que as diferentes formas de sociologia – instrumental, crítica, para políticas públicas e pública – muitas vezes se entrelaçam. Contudo, nosso intuito é tão somente discutir, ainda que de maneira exploratória, a institucionalização da sociologia no Brasil, tomando as categorias de Burawoy como referenciais para pensar a ideia de sociologia pública no país.

seguiram à Segunda Guerra Mundial, a sociologia passou a adquirir preeminência como modo de pensar problemas, produzir novas explicações e recriar a realidade social (IANNI, 1989, p. 11), exercendo importância para tematizar novas questões na esfera pública, relacionadas principalmente às problemáticas da mudança social, da industrialização, da modernização e do desenvolvimento nacional. Neste contexto, as intervenções das diversas ciências sociais ressoaram nos debates públicos relativos aos mais diversos aspectos, e a sociologia buscou, através de uma *linguagem racional*, dar conta de responder aos desafios colocados pela modernização (FERNANDES, 1977).

Orientados pela ideia da “planificação social”, parte significativa dos sociólogos brasileiros de então, profundamente influenciados por Karl Mannheim, tinha para si muito claras quais seriam suas funções na esfera pública, conferindo à sociologia a tarefa de intervir na sociedade, submetendo ao controle racional os processos de mudança social. À comunidade científica caberia, pois, a função de atuar como uma *intelligentsia* capaz de operar a “síntese total”, colocando-se sobre os conflitos existentes na sociedade, captando o sentido de seu movimento e orientando-a na direção correta do desenvolvimento social e “reconstrução racional da sociedade”.⁹

Assim como Mannheim, com sua noção de *intelligentsia* e a ideia de “planejamento”, a Escola de Chicago também logrou exercer influência sobre os sociólogos brasileiros deste período, pelo fato de ter buscado articular uma forte *dimensão empírica* com uma perspectiva *reformista* da sociedade, isto é, uma sociologia, ao mesmo tempo, *crítica* e *pública*. De acordo com Luiz Werneck Vianna (2004), várias foram as ressonâncias desta Escola no Departamento de Ciências Sociais da USP, sobretudo por sua ênfase na dimensão empírica – que coadunava perfeitamente com a perspectiva mertoniana que orientava os intelectuais de São Paulo – e por sua agenda reformista, que objetivava conduzir o investigador a uma imersão na vida local.

Em duas ocasiões, a *tradição* da sociologia pública, imbuída de uma missão reformadora, encontrou oportunidade de se manifestar. A primeira se deu no final dos anos 1950, com os debates em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, “que a lançou o debate público sobre o papel da educação como fator na luta contra

⁹ A obra de Karl Mannheim e sua ideia de “planejamento racional” exercerá enorme influência nas ciências sociais brasileiras nesse contexto. Francisco de Oliveira (1997) aponta para a influência da ideia do intelectual manheimiano sobre Celso Furtado, no sentido de conceber a necessidade da produção de um conhecimento que orientasse a ação. Em sua análise sobre os dilemas colocados ao cientista social em luta contra o subdesenvolvimento, Furtado (1964, p. 9-10) afirma: “não se pode desconhecer que o intelectual tem uma responsabilidade social particular, sendo, como é, o único, elemento dentro de uma sociedade que não somente pode, mas deve sobrepor-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual”. Como bem observado por Maria Arminda do Nascimento Arruda (1995), a ideia da concepção do intelectual como um ator relevante, capaz de transcender os grupos sociais e fornecer soluções mais abrangentes, também esteve presente de maneira significativa nas reflexões e práticas de Florestan Fernandes. No mesmo sentido, a influência de Mannheim se fará sentir na obra de Costa Pinto, tanto no que tange à sua concepção da intelectualidade como *intelligentsia*, quanto na ideia de que o desenvolvimento deveria possuir um caráter *planificável* (DOMINGUES, 2003).

o subdesenvolvimento e pela edificação de sociedades democráticas” (WERNECK VIANNA, 2004, p. 211). A segunda ocasião ocorreu quando da elaboração por Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni do projeto “A Empresa Industrial em São Paulo”, produzido pelo Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), criado em 1962, ligado ao Departamento de Ciências Sociais da USP, através do qual aquela *intelligentsia* buscou inscrever-se no centro das questões relacionadas à modernização brasileira, “dominando um vasto estoque de informações sobre a vida fabril, credenciando-se a colocar a Sociologia como um interlocutor da administração pública, dos empresários e dos sindicatos de trabalhadores” (Idem, p. 213).

Dessa forma, podemos constatar que a sociologia brasileira, em seu processo de institucionalização científica, caminhou, nos termos de Burawoy, de uma disciplina predominantemente *profissional* na década de 1930 – atuando como uma comunidade mertoniana orientada por um *ethos* próprio e exercendo autocontrole sobre sua produção – para uma sociologia crítica – produtora de conhecimento teórico e empírico reflexivo — e *pública* — participante dos debates sobre o desenvolvimento e a modernização do país, principalmente a partir dos anos 1950, configurando uma *tradição* de inscrição dos sociólogos na esfera pública. Contudo, esta tradição ver-se-á seriamente comprometida após a ascensão dos militares ao poder em 1964 que, se não afetou o caráter *crítico* da sociologia, embora tenha feito prevalecer sua dimensão *profissional*, permitindo uma segunda grande onda no processo de institucionalização da disciplina, acabou por colocar em xeque, pelo menos nos anos iniciais da ditadura, sua dimensão *pública*.

3. DITADURA MILITAR E REDEMOCRATIZAÇÃO

A ditadura militar inaugurará um período paradoxal para a educação, como um todo, e para a sociologia, em particular, na medida em que ao mesmo tempo em que será marcada por uma ampliação da primeira e institucionalização da segunda, se distinguirá pelo controle e repressão de intelectuais e instituições importantes que haviam lutado pela democratização da educação na década de 1950 e nos primeiros anos de 1960. No que tange ao campo educacional, o regime militar promoveu uma massificação do ensino público de primeiro e segundo grau, incentivou a expansão do ensino privado e promoveu uma ampla reforma do sistema universitário brasileiro em 1968, além de ter criado um sistema nacional de apoio à pós-graduação e à pesquisa para as universidades (SCHWARTZMAN, 1979). Conforme destaca Daniel Pecaute (1990), um regime que tinha a pretensão de enfatizar a segurança nacional e o desenvolvimento econômico, não poderia se desinteressar da política científica. Nesse sentido, embora autoritária e repressora — sobretudo entre os anos 1969 e 1975 — a ditadura militar investiu pesadamente na ciência e acabou por estimular o investimento nas universidades públicas, tendo consequências diretas para a institucionalização da sociologia no Brasil

Dessa forma, pelo menos nestes anos iniciais e no âmbito das universidades públicas, a sociologia *profissional* prevalecerá, principalmente devido à impossibilidade, diante da repressão instaurada pelos militares, de se produzir uma

sociologia crítica e pública. Porém, além das universidades públicas, houve, nos anos 1960 e 1970, a criação de vários institutos particulares destinados aos estudos sociológicos e políticos, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), criado em 1969, o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), de 1969, e o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), de 1976, que constituíram os espaços principais de produção de uma sociologia crítica, pública e, em algumas ocasiões, de políticas públicas, preocupada em produzir conhecimento reflexivo para intervir na luta pela redemocratização do país.

Sobretudo a partir destes centros de pesquisa, a intelectualidade progressista buscou conciliar a institucionalização das ciências sociais, em geral, e da sociologia, em particular, com a intervenção política na esfera pública, a despeito da censura imposta pelo regime militar. Sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, o Cebrap, por exemplo, constituiria um espaço em que se podia discutir pesquisa e política, em um contexto no qual o trabalho científico, com uma perspectiva crítica, não encontrava espaço nas universidades. Funcionando como um *locus* de sociabilidade, discussão teórica e reflexão de propostas críticas e alternativas ao regime militar, o Cebrap inseriu-se no debate público, inclusive tecendo relações próximas com organizações da sociedade civil, com destaque para o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), participando de debates importantes para a formulação de políticas públicas. Conforme destacado por Milton Lahuerta (2001, p. 72):

A truculência praticada por setores do regime militar contra os intelectuais do Cebrap os aproximava da “sociedade civil” emergente, reforçando na opinião pública o sentimento de que os cientistas sociais seriam portadores de um mandato público, confirmando traços manheimianos na definição de sua identidade, permitindo-lhes realizar uma complexa simbiose entre participação na vida pública e envolvimento com o processo de institucionalização das ciências sociais. Portanto, nessa hora, reafirma-se entre a intelectualidade uma certa confusão entre ciência e política.

O IUPERJ, por sua vez, desde a sua fundação, articularia intelectuais diversos preocupados com o tema da democracia política, suas instituições e procedimentos, tendo sucesso em constituir uma agenda intelectual centrada no tema institucional, que atuaria como base importante para a crítica ao regime militar. Já o Cedec nasceria da saída de alguns intelectuais do Cebrap, em meados da década de 1970, sob a liderança de Francisco Weffort. Articulando setores da tradição uspiana, críticos do “populismo” e da “tradição nacional-desenvolvimentista”, este instituto desempenhou importante papel na elaboração de uma nova interpretação sobre o país, fazendo com que a sociologia, articulada com o mundo do trabalho, exercesse papel de destaque no debate público.¹⁰

¹⁰ Para uma discussão interessante sobre a sociologia do trabalho e do sindicalismo no Brasil, mobilizando a tipologia estabelecida por Burawoy, ver Braga & Santana (2009).

Dessa forma, nas décadas de 1970 e 1980, muitos intelectuais valer-se-iam da legitimidade proporcionada pela profissionalização conquistada pelas ciências sociais para criticar as posturas do regime militar e tematizar novas questões na esfera pública. A defesa de seus interesses materiais, as estratégias profissionais e a luta pela liberdade tornar-se-iam aspectos da mesma lógica para esta *intelligentsia* (PECAUT, 1990). Confirmando os traços de sua identidade manheheimiana, atuando no plano da defesa das liberdades civis e públicas e agenciando recursos para suas linhas de pesquisa, através de parcerias com o governo, fundações estrangeiras e com a sociedade civil (WERNECK VIANNA, 2004), estes intelectuais — valendo-se de espaços como a *Revista da Civilização Brasileira* e o jornal *Opinião* — junto com setores da classe artística, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e outras entidades, como a Organização dos Advogados do Brasil (OAB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), bem como de alguns setores da Igreja Católica, reinventariam a *tradição* de inscrição dos intelectuais na esfera pública, reativando a atuação da sociologia como uma disciplina *crítica, pública* e, eventualmente, de *políticas públicas*.

4. SOCIOLOGIA PÚBLICA HOJE

Concluído o processo de redemocratização do país, as ciências sociais já se encontravam em um movimento de institucionalização crescente e avançado. O cenário havia se modificado. Sem a pressão para a mobilização da *tradição* de inscrição na esfera pública característica das décadas de 1970 e 1980, os sociólogos reencontraram a universidade como espaço de atuação e produção de conhecimento especializado, sem as amarras autoritárias do período da ditadura militar. Estas transformações acabariam por produzir mudanças significativas na conformação do campo sociológico como um todo, que lograriam favorecer uma *tendência* para a disciplina se consolidar cada vez mais como uma sociologia *profissional* e de *políticas públicas*.

Não pretendemos sustentar aqui que as sociologias *crítica* e *pública* tenham desaparecido. Diversos segmentos da sociologia vêm buscando aprofundar o enraizamento na vida social, interpretando e informando as transformações em curso, bem como estabelecendo laços com a sociedade civil. Exemplos desse processo podem ser notados na forma como a sociologia vem interagindo com movimentos sociais importantes, como o das mulheres e o dos negros (COSTA, 2002, p. 109). No caso destes últimos, diversos sociólogos participaram ativamente do debate acerca da implementação das cotas raciais nas universidades públicas, fornecendo estudos capazes de contestar o mito da “democracia racial” no país. Já em outros casos, podemos ver um envolvimento cada vez maior de sociólogos junto a instituições, como as organizações não-governamentais (ONGs), que “vêm conferindo maior mobilidade à agenda pública brasileira, desentranhando ‘problemas sociológicos’ de práticas sociais antes invisíveis à academia e mesmo aos atores políticos classicamente recortados” (CARVALHO, 2007, p. 29).

Não obstante estes exemplos, o que importa ressaltar aqui, à guisa de conclusão, é a tendência à crescente *profissionalização* da sociologia e seu distancia-

mento da esfera pública e dos públicos extra-acadêmicos. O espectro da produção do conhecimento “autorreferencial” e da produção apenas para “os pares”, de que nos adverte Burawoy, ronda a sociologia e, ainda que não a tenha dominado, permanece como uma ameaça constante para a disciplina. Quando a aproximação com públicos extra-acadêmicos ocorre, ela tem se dado muito mais no sentido da elaboração de trabalhos para “clientes”, em processos de formulação de políticas públicas. Não se trata aqui de avaliar se este processo é de todo positivo ou negativo, mas apenas apontar a *tendência crescente do domínio da sociologia profissional e de políticas públicas*.

Este movimento tem ocorrido principalmente como decorrência das transformações na esfera pública, em geral, e nas universidades, em particular, vivenciadas nas últimas décadas. O avanço da globalização econômico-tecnológica e da mundialização da cultura, nos termos de Renato Ortiz (1994), somado às novas mudanças estruturais da esfera pública como decorrência do avanço da indústria cultural, imprimiram novas formas de inscrição do saber no modo de produção capitalista, que têm contribuído para modificar a *tradição* protagônica dos sociólogos na esfera pública.¹¹

Conforme destaca Habermas (2006), na nossa *sociedade midiática* ocorre uma nova mudança estrutural da esfera pública, que provoca transformações fundamentais na figura clássica do intelectual. A sociedade midiática opera no sentido de uniformizar o tempo da produção do conhecimento, o que acaba por restringir e limitar a capacidade de reflexão por parte da intelectualidade. A produção pautada no “presentismo” e no “imediatismo” dificulta uma reflexão mais pormenorizada sobre os problemas levantados na agenda pública, exigindo dos intelectuais a elaboração de ideias sobre determinados assuntos em um tempo limitado que, na maioria das vezes, não é suficiente para produzir ponderações mais bem acabadas sobre o assunto em questão.

A mídia detém o poder de agendamento dos debates de interesse público, configurando o *locus* por excelência no qual são definidos e tratados os temas considerados relevantes para a sociedade. A capacidade dos meios de comunicação, extremamente concentrados nas mãos de poucos, de selecionar os temas a serem problematizados na esfera pública, se choca sobremaneira com o princípio republicano, na medida em que fica sob a responsabilidade de um segmento seletivo do mercado, a definição dos assuntos proeminentes de interesse público. Os “especialistas competentes”, em especial os economistas, passam a ser a nova fração dominante, tendendo, mediante suas falas “neutras” na mídia, demarcar os limites do politicamente possível, na medida em que seu saber, considerado de natureza “técnica”, lhe confere o poder para dizer aos demais, ainda que em linguagem

11 As últimas décadas têm testemunhado uma nova fase de mutações na indústria cultural, em decorrência do aperfeiçoamento dos meios tecnológicos de produção, reprodução e difusão das mensagens visuais e sonoras. Para uma exposição dos processos de transformação desencadeados recentemente pelo avanço da indústria cultural, ver Duarte (2003, p. 159-174).

incompreensível para a maioria dos cidadãos, o que devem pensar, sentir, fazer e esperar (CHAUI, 1983).

No que tange à universidade, importa destacar o processo crescente de especialização e rotinização do trabalho acadêmico, que vem produzindo consequências diretas sobre as possibilidades de construção de uma sociologia crítica e pública. Nos últimos anos, a universidade viu-se em uma encruzilhada no que se refere à sua destinação como agência de inscrição dos intelectuais na vida pública brasileira, sobretudo em decorrência da colonização da dinâmica e da lógica de mercado da produção acadêmica (CHAUI, 2003), que, ao fim e ao cabo, tende a desestruturar a *tradição* dos sociólogos de inserção protagônica na esfera pública.

Diante deste quadro, podemos concluir dizendo que o grande desafio colocado para a sociologia hoje diz respeito à necessidade de conjugar o indispensável processo de institucionalização da disciplina, sem que isso implique o abandono da sua fundamental inscrição na esfera pública, sob o risco de ela se tornar *apenas* uma sociologia *profissional* e de *políticas públicas*. Superando os desafios colocados ao insulamento da universidade e ao processo de especialização e rotinização da atividade acadêmica, a reflexão sociológica tem diante de si a tarefa de reinventar a nossa *tradição*, atuando na identificação de processos embrionários de segmentação e diferenciação de interesses, oriundos, sobretudo, do mundo popular, conferindo a eles expressividade pública.

A constituição de redes de instituições ligadas à produção sociológica — encaradas aqui como *intelectuais coletivos* — em conexão direta e orgânica com os segmentos subalternos, pode ser um caminho no sentido de superar a fragmentação do conhecimento e a privatização de debates e ideias, que deveriam ser alçados à esfera pública com o intuito da resolução de questões fundamentais para o aprofundamento da democracia brasileira. Como bem percebido por Maria Alice Rezende de Carvalho (2007, p. 29), é justamente quando departamentos universitários, movimentos sociais, ONGs e associações profissionais se unem para o entendimento de problemas sociais e a construção de soluções é que é constituída uma “inteligência coletiva” no sentido de Pierre Lévi (1994), que, combinando tradição e inovação, problematiza na esfera pública temas *essenciais*, capazes de acelerar o processo de democratização política e social do país.

Dessa forma, a sociologia brasileira, reencantando a sua prática, deve conjugar sua *tradição* de intervenção na esfera pública com o exercício da sociologia crítica, reconectando-se com seu impulso originário para encontrar os valores da sociabilidade subalterna. Exercitando a imaginação sociológica, no sentido de suscitar questões relevantes na esfera pública, a sociologia pública brasileira — ao articular os quatro tipos de sociologia propostos por Burawoy — deve contribuir para que as potencialidades da vida associativa popular possam, na disputa pela hegemonia na sociedade, cumprir seus potenciais civilizatórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. “A sociologia no Brasil: Florestan Fer-

- mandes e a ‘Escola Paulista’” in Sergio Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. II. São Paulo, Sumaré, 1995.
- BURAWOY, Michael. “For a public sociology”. *American Review*, v.70, fev. p.4-28, 2005.
- _____. “Abrir as ciências sociais: Para que e para quem?” in Braga, Ruy & Burawoy, Michael (org.). *Por uma sociologia pública*. São Paulo, Alameda, p.117-134, 2009.
- BRAGA, Ruy & BURAWOY, Michael (org.). *Por uma sociologia pública*. São Paulo, Alameda, 2009.
- BRAGA, Ruy & SANTANA, Marco Aurélio. “A fabricação da identidade: Sociologia pública do trabalho e sindicalismo no Brasil” in Braga, Ruy & Burawoy, Michael (orgs.), *Por uma sociologia pública*. São Paulo, Alameda, p.219-236, 2009.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, p. 17-31, 2007.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.
- _____. “A universidade pública sob novas perspectivas”. *Revista Brasileira de Educação*, 24: 5-15, 2003.
- DOMINGUES, José Maurício. “Desenvolvimento, modernidade e subjetividade” in DOMINGUES, José Maurício. *Do ocidente à modernidade. Intelectuais e mudança social*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp.179-96, 2003.
- DUARTE, Rodrigo. *Teoria crítica da indústria cultural*. Belo Horizonte, UFMG, 2003.
- FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- FURTADO, Celso. *Dialética do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- HABERMAS, Jürgen. “O caos da esfera pública”. *Folha de São Paulo*, Caderno “Mais”, 13/08/2006: 4-5, 2006.
- IANNI, Octavio. *Sociologia da Sociologia. O pensamento sociológico brasileiro*. São Paulo, Editora Ática, 1989.
- JOAS, Hans. “Interacionismo simbólico” in GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (orgs.). *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora UNESP, pp.127-74, 1999.
- LAHUERTA, Milton. “Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil”. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, 8, 14/15: 53-95, 2001.
- LÉVY, Pierre. *L'intelligence collective*. Paris, La Découverte, 1994.
- MICELI, Sergio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/IDESP/ FINEP, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Viagem ao olho do furacão. Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro”. *Novos Estudos CEBRAP*, n.48, julho, pp.3-19, 1997.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- PECAULT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*, São Paulo, Ática, 1990.

- SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional. Rio de Janeiro, Financiadora de Estudos e Projetos, 1979.
- TURNER, Jonathan. "Is public sociology such a good idea?". *The American Sociologist*, v.36, n.3-4, p.27-45, 2005.
- TURNER, Stephen Park; TURNER, J. H. *The impossible science. An institutional analysis of American sociology*. Newbury Park, Sage, 1990.
- WERNECK VIANNA, Luiz. "A institucionalização das Ciências Sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa" in WERNECK VIANNA, Luiz. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, p. 195-242, 2004.